



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (07/09) a Quinta-feira (13/09)

Manchetes

Justificando: Juristas criticam PL que pretende liberar gravação de conversas entre detentos e advogados

ONU: ONU e ministério criam centro internacional de segurança pública no Brasil

G1: Ex-diretor de penitenciária em Cajazeiras, PB, é condenado por corrupção e tortura

Extra: Escutas revelam como quadrilha de PMs fraudava ocorrências em UPPs

EBC: Defensoria Pública do Rio de Janeiro faz ato em defesa da presunção de inocência

O Globo: Pezão anula demissão, e inspetores acusados de integrar milícia voltam à Polícia Civil

UOL: Suor na camisa, cocaína na cela e guerra de facções: como morrem os presos no Ceará

G1: Visitas no PB1 são suspensas após fuga em massa de detentos, em João Pessoa

EBC: Governo prorroga atuação das Forças Armadas em Roraima

Folha Nobre: Projeto de Lei fixa prazo de 6 meses para instalação de bloqueador de celular em presídios

Síntese das notícias

Juristas criticam PL que pretende liberar gravação de conversas entre detentos e

advogados: **Justificando** informa que um projeto de lei que prevê a liberação e o arquivamento da gravação de conversas entre advogados e detentos de penitenciárias federais está para ser analisado na Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), um órgão dentro da Casa Civil. A proposta também visa, para os líderes de facções criminosas, o fim da visita íntima e o cumprimento integral da pena somente no sistema federal. Para Fernando Hideo Lacerda, advogado criminalista e professor de Direito Processual Penal, a proposta equivale a uma tentativa de anular o Direito de Defesa. Segundo ele, tem se visto nos últimos anos a uma expansão do punitivismo no processo penal, o qual, ao invés de ser visto como um sistema de garantias, passa assim a ser como perseguição do inimigo.

ONU e ministério criam centro internacional de segurança pública no Brasil: O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Ministério da



Segurança Pública (MSP) firmaram parceria para criar o Centro Internacional para a Segurança Pública no Brasil (CISP). Instituição vai trabalhar na coleta e análise qualificada de dados sobre violações da lei, justiça, sistema prisional e substâncias ilícitas. Objetivo da iniciativa é embasar políticas com evidências científicas. O representante regional do UNODC para o Brasil e Cone Sul, Rafael Franzini, ressaltou a importância do acordo para o organismo internacional e para o Brasil. “As políticas públicas que não têm apoio em evidências tendem ao fracasso e, para que o governo consiga dar uma resposta a uma situação problemática, ele precisa de dados. Com melhores dados e estatísticas, é possível fazer melhores campanhas de segurança pública”, afirmou. Fonte **ONU**.

Ex-diretor de penitenciária em Cajazeiras, PB, é condenado por corrupção e tortura:

G1 noticia que o ex-diretor da Penitenciária Padrão Regional de Cajazeiras, no Sertão paraibano, José Rivanaldo de Freitas Nóbrega, foi condenado a 12 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de corrupção e tortura. A sentença foi prolatada na última quinta-feira (6) pela 2ª Vara da Comarca de Cajazeiras. Segundo a acusação, no período em que foi diretor da penitenciária, Rivanaldo praticou diversos atos ilícitos com o fim de obter vantagem pessoal. Ele permitia a prática de bingos nas dependências do estabelecimento prisional, recebia dinheiro para facilitar a entrada de visitantes, realizava transferência de apenados sem autorização judicial e realizava condutas para obter favorecimentos sexuais de agentes penitenciárias. Durante a instrução processual, o juiz verificou que estavam presentes no caso elementos suficientes para caracterizar o crime de tortura.

Escutas revelam como quadrilha de PMs fraudava ocorrências em UPPs:

Ligações telefônicas interceptadas com autorização da Justiça revelam como uma quadrilha formada por dez PMs usava armas e drogas apreendidas para forjar ocorrências nas UPPs do Caju, na Zona Norte, e Fallet/Fogueteiro, no Centro do Rio. Num dos áudios, o ex-comandante das duas unidades, major Alexandre Frugoni, autoriza um policial a fraudar uma ocorrência ao apresentá-la na delegacia. Na quarta-feira (5), a Justiça decretou a prisão de Frugoni e outros nove agentes acusados de integrar o grupo criminoso. O grupo trabalhou nas duas UPPs entre 2016 e 2017, sob o comando do major. Fonte: **Extra**.



Defensoria Pública do Rio de Janeiro realiza ato em defesa da presunção de

inocência: O encarceramento provisório da população negra, pobre e periférica aumentou depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da prisão após condenação em segunda instância, em outubro de 2016. No ato público em defesa da presunção da inocência, realizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro na última terça-feira (11), foram expostos dados que mostram a redução no número de pessoas liberadas após as audiências de custódia - feitas após prisão em flagrante e nas quais o acusado tem o direito de ser ouvido por um juiz. O índice de soltura de custodiados caiu de 40%, em 2016, para 20%, em 2017. A população carcerária brasileira é composta em sua maioria por jovens de periferia, negros e de baixa escolaridade. A coordenadora do Núcleo contra a Desigualdade Racial da DPRJ, Livia Cásseres, destacou que o sistema judiciário brasileiro criminaliza a população negra. Segundo ela, a presunção de inocência nunca foi uma realidade para essa parcela da população. Fonte: **EBC**.

Pezão anula demissão, e inspetores acusados de integrar milícia voltam à Polícia

Civil: O **Globo** noticia que o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, anulou a demissão de dois inspetores acusados de integrar a milícia da favela Roquete Pinto, em Ramos. A decisão foi publicada no Diário Oficial do dia 16 julho. Assim, os irmãos Christiano Gaspar Fernandes e Giovanni Gaspar Fernandes vão voltar às fileiras da Polícia Civil. Os dois agentes foram presos na Operação Guilhotina, em 2011, da Polícia Federal, em conjunto a Secretaria de Segurança e o Ministério Público estadual. Na ocasião, eles foram denunciados pelos crimes de formação de quadrilha e peculato, sob a acusação de venderem armas apreendidas. A demissão dos agentes, assinada pelo então secretário de Segurança José Mariano Beltrame, foi publicada no Diário Oficial em 13 de setembro de 2016. Por meio de nota, o Gabinete da Intervenção Federal se limitou a afirmar que o "interventor, general Braga Netto, solicitou parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre o caso".

Suor na camisa, cocaína na cela e guerra de facções: como morrem os presos no

Ceará: Dos 309 detentos que morreram nas prisões do Ceará entre janeiro de 2014 e junho de 2018, exatos 158 foram assassinados ou cometeram suicídio. Os dados apresentados foram obtidos com pelo **UOL** por meio da Lei de Acesso à Informação. O



percentual de 51% de mortes violentas nas unidades do Ceará supera os índices de outros estados brasileiros. A situação mais recorrente é a de que doenças sejam a causa da maioria dos óbitos no cárcere. São Paulo, com a maior população carcerária do país, teve 9,7% de homicídios ou suicídios em suas unidades prisionais, no mesmo período acima mencionado. A Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará afirmou que o crescimento no número de mortes decorre do aumento da população carcerária no estado.

Visitas a presídio onde houve fuga em massa estão suspensas por tempo

indeterminado: As visitas aos detentos da Penitenciária de Segurança Máxima Romeu Gonçalves Abrantes, o PB1, foram suspensas por tempo indeterminado, segundo informações da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). Mais de 90 detentos fugiram do presídio, após um ataque e resgate, na madrugada da segunda-feira (10). De acordo com a Seap, até a tarde de quarta-feira (12), cerca de 40 detentos tinham sido recapturados e levados de volta para o PB1, pelas polícias da Paraíba. O presídio tem capacidade para 660 presos e atualmente tinha cerca de 680 detentos, conforme o secretário Sérgio Fonseca. De acordo com o sistema Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a unidade prisional tinha 681 presos em 644 vagas. Fonte: **G1**.

Decreto prorroga uso das Forças Armadas em Roraima até o fim de outubro: EBC

informa que o prazo para o decreto que autoriza a atuação do Exército em Roraima para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que expiraria na última quarta-feira (12), foi estendido até o dia 30 de outubro com uma alteração no texto publicada na edição de quarta-feira do Diário Oficial da União. A decisão de destinar militares do Exército para a região ocorreu uma semana depois que moradores de Pacaraima expulsaram venezuelanos de barracas e abrigos, ateando fogo a seus pertences. Porta dos migrantes que têm deixado a Venezuela em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, Roraima recebeu mais de 130 mil venezuelanos desde o ano passado, segundo estimativas da Polícia Federal. Dados oficiais do governo apontam que cerca de 60% deles já deixaram o território brasileiro. Outra parte tem sido atendida pelo programa de interiorização.

Projeto fixa prazo de seis meses para instalação de bloqueador de celular em



presídios: A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei Complementar 470/18, do Senado Federal, que fixa prazo de 180 dias para a instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicação nos estabelecimentos penitenciários. Os bloqueadores deverão ser instalados pela União, com a colaboração dos estados e do Distrito Federal, e poderão ser utilizados, para isso, recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Hoje a Lei 10.792/13 já prevê que os presídios disponham de bloqueadores de telefones celulares, mas não estabelece prazo para a instalação. Apresentado pelo presidente do Senado, Eunício de Oliveira (MDB-CE), o projeto determina que as prestadoras de serviços de telecomunicações franqueiem acesso irrestrito a todas as informações e tecnologias necessárias para que os órgãos gestores do sistema prisional possam fazer a instalação dos bloqueadores. Notícia da **Folha Nobre**.